

Entre a Monarquia e a República: a construção de um mestre

Carla Fontis de Souza *

Em pelo menos dois sentidos, analisar o processo de criação literária requer um exercício antropológico. É preciso entender a lógica das visões de mundo, dos juízos de valor e das opiniões políticas que os escritores elaboram em seus textos... (FACINA, 2004: 46)

A proposta inicial desse artigo é estabelecer uma reflexão sobre o contexto político do Brasil no final do século XIX. Entre os anos de uma cultura monárquica, e toda a modernidade do ideal republicano. Utilizando a literatura como fonte histórica, e mais precisamente o literato Machado de Assis, mapearemos o período, investigando obra e autor como um conjunto dinâmico dentro de um meio social e político tão conturbado de nossa história. A hipótese principal é a de que a cultura republicana encontrou um caminho de legitimação e sustentação política, construído dentro de um período anterior a Proclamação da República, o que não elimina os impasses e conflitos que ocorreram após a proclamação. O que podemos observar através da movimentação intelectual da época, que manifestava as suas opiniões através da narrativa literária ou científica.

Nesse contexto, apontamos a necessidade de olhar o *tempo* e o *espaço* em que Machado está inserido, e, utilizando Weber (COHN, 1979), pensar que um mesmo meio cultural pode assumir significados diferentes para os indivíduos nele imersos e, no momento da ação, ocasionar diferenças de comportamento conforme o modo de assimilação dessa cultura. Pois, a realidade é concebida como o encontro entre os homens e os “valores” aos quais eles se vinculam e os quais articulam de modos distintos no plano subjetivo.

Podemos perceber características da sociedade brasileira do século XIX por meio da vida e da obra de um literato. Porém, entendemos que a literatura, assim como outros fenômenos culturais, é mais do que um simples reflexo da sociedade, é um produto artístico que envolve uma amplitude de fatores em sua criação. Portanto, tentamos alcançar a

* Mestranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores. Bolsista FAPERJ. E-mail: carfontis@hotmail.com

compreensão de que a literatura é uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões de mundo, podendo assim, permitir ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa.

A leitura de Gramsci nos auxilia a pensar sobre o papel do intelectual dentro da sociedade. Nas palavras do autor, ser um intelectual não quer dizer ter uma formação acadêmica específica, mas uma ação social, ser um agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infra-estrutura, independente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com o “lugar” que ocupa nas relações materiais e sociais de uma determinada produção social; “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982:7). Nessa direção Gramsci discute o papel dos intelectuais como os que fazem as relações entre as diferentes classes sociais possibilitando uma visão de mundo mais homogênea. Gramsci destaca que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo. Sendo assim, a estrutura e a superestrutura formam um conjunto complexo e contraditório, onde a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Porém, é preciso observar que a relação entre superestrutura e infra-estrutura não se dá abstratamente, ela acontece de maneira concreta, histórica e essa ligação teria de ser feita organicamente, e neste caso, caberia ao intelectual essa função, a de realizar a vinculação dentro da sociedade. Assim os intelectuais possuem uma função importante dentro das sociedades, no processo da reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisão prática e teórica.

O embasamento teórico de Gramsci nos aproxima de um entendimento mais claro sobre o papel do “intelectual” Machado de Assis dentro do seu tempo histórico. Machado tem uma visão bem clara de seu papel dentro da sociedade, salientando a importância da ligação do escritor com as mudanças de seu tempo. Essa perspectiva da importância do tempo, na visão de mundo machadiana, possibilita uma leitura sobre os anos iniciais da República, através do olhar de um intelectual que possuía uma diplomacia política bem particular dentro do seu grupo social.

Gramsci trás uma resposta sobre a função do intelectual dentro da sociedade, no entanto, percebemos a necessidade de algumas outras respostas. Qual o valor da obra

machadiana dentro do seu tempo? Existia alguma preocupação política na obra machadiana? São questionamentos importantes para pensar com quem o escritor dialogava direta ou indiretamente dentro do seu meio social. Em torno desses questionamentos o conceito de *campo literário*, de Pierre Bourdieu, permite pensar que o entendimento da criação artística só é possível através da percepção das mediações que ocorrem entre a obra e o seu público. Entender a criação artística é entender que a escrita é um espaço de negociação dentro da sociedade, um espaço de diálogo que envolve diversos setores sociais.

Em *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*, Bourdieu analisa as relações de hierarquia dentro da literatura relacionando os agentes sociais que fazem parte de uma ação que vai além da obra artística, segundo o autor, o *campo literário*:

É o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou espécie de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre os artistas e os burgueses do século XIX, têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de lançadas nessas lutas. (BOURDIEU, 2005:244)

Dentro do *campo literário* podemos encontrar as singularidades do mercado editorial, como a crítica, os escritores, o público, os intelectuais e formadores de opiniões, ou seja, todos aqueles que de alguma forma contribuem para a consagração e legitimação de um escritor. A consagração surge desses jogos de poder, quando um grupo determina regras do que tem ou não valor. Ou seja, a consagração aparece quando o escritor está em consonância com o campo.

Em razão da hierarquia que se estabelece nas relações entre as diferentes espécies de capital e entre seus detentores, os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada, temporalmente, no seio do campo do poder. Por mais livres que possam estar das sujeições e das solicitações externas, são atravessados pela necessidade dos campos englobantes, a do lucro, econômico ou político. (BOURDIEU, 2005:246)

Na análise de Bourdieu, esse espaço é fluido e oscila com as posições de poder dentro dele, nesse sentido, o escritor produz a sua obra e é ao mesmo tempo feito pelo *campo literário*. Mapear essa relação de negociação, ou de poder, como aponta Bourdieu, é tão importante como a análise da obra literária em seu conteúdo. Portanto, é no *campo* que podemos perceber os tipos de negociações políticas que envolviam o intelectual e sua forma de expressar a sua visão sobre os acontecimentos que ocorriam no seu presente.

Através da vida e da obra machadiana podemos pensar em uma única cultura política para os anos iniciais da República? Ou em culturas políticas no plural? Pensando no plural podemos refletir sobre as diferentes posições políticas que conviviam dentro de um mesmo espaço como a Academia Brasileira de Letras, da qual Machado foi eleito o primeiro presidente. Onde monarquistas e republicanos dividiam o mesmo espaço e a figura do escritor Machado de Assis foi escolhida como representante de um grupo tão heterogêneo.

Segundo Serge Bestein, a noção de cultura política está estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem, todavia, se confundir com ela, porque seu campo de ação incide exclusivamente sobre o político. Assim a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro. Ainda segundo o autor, a ação política tem valores interiorizados o “homem” age politicamente por causa de incorporações do meio social, nesse caso o meio social é fator essencial na formulação do pensamento individual, sendo o individual, na realidade a manifestação de um coletivo.

Para historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas. Pode-se assim admitir que, no primeiro terço do século XX, a cultura política republicana desempenhou um papel dominante, definindo um conjunto de referências, acima evocadas. (BERSTEIN, 1998:354)

As mudanças que ocorreram no decorrer do século XIX, com a fundação do partido republicano, a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), a crescente importância dos militares após o fim da Guerra do Paraguai e as reformas implementadas pelo gabinete Rio Branco, o domínio saquarema¹, que durou quase de forma ininterrupta entre 1848 e 1878, passa a ser contestado e a fragilidade do governo acabou permitindo a formação de novos grupos de contestação, “liberais republicanos”, “novos liberais”, “positivistas abolicionistas” e “federalistas científicos”. Assim o movimento intelectual da geração de 1870², que surgiu em

¹ Para um melhor entendimento sobre o que vem a ser o domínio saquarema ver: MATOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 3º ed., RJ: ACESS Editora, 1996.

² ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003. A historiadora Ângela Alonso, aborda o papel dos intelectuais da década de 1870, a partir das reações desses intelectuais contra a dominação saquarema, no contexto da crise do Império, dando uma ênfase na

oposição à ordem imperial, estava “sensível” às mudanças que ocorriam no Brasil, como a consolidação das ideias republicanas e a abolição da escravidão. Desta forma, a literatura vai acompanhar esse movimento de mudança dentro da sociedade brasileira, e uma grande parte dos intelectuais acaba assumindo o papel de “contestadores” do regime imperial, levando os ideais republicanos para as camadas mais diversas da população. A ideia de um Brasil atrasado era associada a forma de governo imperial, o progresso e a modernização só poderiam encontrar um caminho de desenvolvimento com a mudança política. Ou seja, a república levaria o Brasil rumo ao progresso.

A chave para entender a visão machadiana nesse momento sobre o papel do escritor é perceber a sua ideia acerca da construção de uma literatura nacional; “não será obra de uma geração nem duas, muitas trabalharão para ela até perfazê-la todo” (ASSIS,1994). Portanto, a “criação” de uma literatura nacional, ou de um “instinto de nacionalidade”, não tinha se finalizado com o indianismo do Romantismo, era algo ainda em construção, como o Brasil da década de setenta, e segundo o escritor, seria ainda tarefa das gerações futuras. Com a Proclamação da República todos os movimentos nascentes nas décadas anteriores começam a buscar espaço dentro da política, a consolidação de uma cultura democrática esbarrava em uma cultura monárquica cercada por tradições enraizadas no meio da sociedade, o *status* do Império apresentava um brilho e uma certeza que o regime republicano ainda não possuía. Segundo Renato Lessa, no país, nos primeiros dez anos de República, havia “imprevisibilidade” em relação a muitas coisas, e não se sabia para onde o País iria.³ O conjunto de “ideias”, ou “culturas” que faziam parte das discussões no final do século eram a causa dessa “imprevisibilidade”, o processo para uma nova “cultura política” impor-se leva um tempo de

dimensão política da produção e ação pública desses intelectuais. Seu trabalho aponta as novas tendências políticas, que surgiam e se consolidavam no Brasil, gerando modificações no campo intelectual e social, assim, positivistas, espencerianos e darwinistas passam a fazer parte dos meios intelectuais, dentro e fora do governo, entre literatos, políticos e profissionais livres. As novas tendências estavam em movimento, ocasionando a “contestação da ordem”.

³ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Fopbooks,1999. Segundo, Renato Lessa os primeiros anos republicanos são anos entrópicos, sendo a ideia de entropia entendida pelo autor como uma associação entre estado de anarquia e um elevado grau de incerteza, devido à quebra dos canais de ligação entre o povo e o governo. O abandono das normas institucionais monárquicas de organização do espaço público inaugurou um período de grande incerteza política, com isso as questões institucionais e formas de regulação, de alguma forma resolvidas pelo Império, ficaram submetidas a um estado de mundo caótico, que continha uma multiplicidade de ordens possíveis, levando a ideia de entropia.

transformação em busca de uma hegemonia superando a anterior. Nesse sentido, os anos iniciais da República são um campo fértil para a análise de um conjunto variado de culturas políticas que buscavam um lugar de negociação entre o antigo e o novo. Como foi bem lembrado por Eliana R. de Freitas Dutra, em seu texto *História e culturas políticas*, dentro do estudo sobre “culturas políticas” podemos refletir sobre algumas questões fundamentais para a compreensão dessa diversidade de ideias:

Assim, por exemplo, entendemos que dentro da rubrica culturas políticas podem se abrigar estudos das implicações cívico-políticas dos fatos da tradição cultural: análises históricas das culturas políticas plebeia, monarquista, republicana, liberal, autoritária, socialista, comunistas, anarquistas, católica, nacionalista, milenarista, fascista, trabalhista, peronista, entre outras, nas suas perspectivas, míticas, utópicas e imaginárias; na sua tradição doutrinária e ideológica; na sua relação com a memória, os símbolos, os ritos e as liturgias políticas; e nas suas expressões institucionais e organizadoras da vida numa sociedade política (DUTRA, 2001:27)

Sendo assim, tanto a literatura como a sociedade dentro de um processo político, estavam em mudança. Segundo Lucien Goldmann (GOLDMANN, 1967), o homem busca adaptar-se à realidade segundo as conveniências humanas o que faz com que os indivíduos tendam a fazer de seu comportamento uma estrutura significativa e coerente. Tal estrutura não é um dado fora do “tempo”, existe um processo prévio de elaboração, de gestação, das *estruturas significativas*, que possibilita a ação do homem modificando cotidianamente a sua realidade, possibilitando um processo contínuo de desestruturação das antigas estruturas e criação de novas. Todavia, para Goldmann, a formação das *estruturas significativas* não deve ser considerada uma ação individual, ao contrário, é o resultado complexo de um esforço coletivo, da ação das classes e grupos sociais que se constituem num processo amplo de relacionamento com o mundo, de adaptação e de respostas aos desafios da vida social. Sendo assim, a produção literária não é um campo destacado do social, e sim uma elaboração coletiva. A partir do momento em que o escritor está inserido em um meio social, as trocas são inevitáveis. No ato da criação artística, no nosso caso a literatura, o escritor não é um indivíduo solitário, é um “coletivo” em processo de adaptações aos desafios sociais. Esses desafios vão variar ao longo do tempo, o primeiro grupo do qual Machado fazia parte, na tipografia de Paula Brito, não tinha a mesma preocupação social que o grupo da Geração de 1870. Essas ponderações de Goldmann nos remetem a Bernstein, que estabelece a “cultura política” como

um fenômeno coletivo, sendo grupos que partilham as mesmas ideias utilizando um mesmo discurso, em busca de uma afirmação dentro do meio social.

Em meio a um contexto político e social particular, o Brasil precisava ser “criado”, ou seja, ter uma “história”, citando Eric Hobsbawm:

A nação moderna é uma ‘comunidade imaginada’, na útil frase de Benedict Anderson, e não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou inexistência de redes de relações ou comunidades humanas, mas o problema permanece na questão de por que as pessoas, tendo perdido suas comunidades reais, desejam imaginar esse tipo particular de substituição. Uma das razões pode ser a de que, em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações aos Estados modernos. Chamo tais laços de ‘protonacionais’. (HOBSBAWM, 1998:63)

A formulação de uma “comunidade imaginada” cabia aos intelectuais da época, homens que através da política e das letras se colocavam no lugar de descobridores de uma origem, do que seria ser brasileiro. A cultura política republicana crescia junto com a ideia de progresso e de “nação”. O Brasil “imperial”, com sua cultura tradicional e desfocada do resto da América e principalmente da Europa “civilizada”, começa a sentir a necessidade de uma transformação rumo a modernidade, e nesse sentido, a cultura republicana começa a ganhar espaço. Como e porquê nasce a cultura política? Segundo Berstein;

A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.(BERSTEIN, 1998:355)

No livro *A República Consentida*, Maria Tereza Chaves de Melo mapeia os jornais e a trajetória de alguns intelectuais, com a finalidade de apontar como a cultura democrática foi criando abertura ao longo do século dentro dos espaços públicos e da sociedade. Seguindo o pensamento teórico de Berstein, a autora estabelece uma linha evolutiva para o pensamento republicano no Brasil, e aponta os principais vetores “pelos quais passa a integração dessa cultura política” (BERSTEIN, 1998:356). Na análise da historiadora os jornais foram vetores fundamentais, mesmo em uma sociedade onde a maior parte da população era analfabeta, esse fato se deve a importância da “Rua” como espaço de manifestação;

A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço de uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação

popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o lócus do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir.(MELLO, 2007:30)

Nas ruas os jornais serão lidos em voz alta, a ideia de progresso e de país atrasado vai ganhar, literalmente a rua, proporcionando uma ampla divulgação das novas tendências políticas e científicas. A busca por uma unidade nacional, que foi a marca do início do governo imperial, ainda pairava, só que de forma diferente, pois vários acontecimentos alteraram o panorama nacional. Acontecimentos que nunca fugiam do olhar “míope” de Machado. Observando suas crônicas e correspondências da década de 1890 podemos notar seu interesse político e sua preocupação com toda alteração que surgia no sistema ao seu redor: começo da democratização do sistema, ideia republicana, movimentos de retorno à monarquia, eleição direta, positivismo, novos moldes políticos, processos e ambições, febre da Bolsa. No que diz respeito às questões sociais: a Guerra em Canudos com seu messias Antonio Conselheiro, a revolução nos antigos hábitos da população, o descontentamento do Exército, a reforma urbana no Rio de Janeiro. São apenas alguns pontos encontrados em suas crônicas e correspondências do período, assim, a arte e a ciência acompanharam essas transformações, do romantismo ao realismo na literatura até a consolidação da disciplina de história como uma ciência, a sociologia e todas as novas correntes que se firmavam na virada do século. Essa percepção dos acontecimentos só foi possível porque Machado manteve uma rotina, principalmente na Rua do Ouvidor onde: “o que nela acontece repercutia no país e quem quisesse publicidade, prestígio ou posição política, social, literária devia frequentá-la” (MELLO, 2007:55).

Mais dia, menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, à câmara, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias.

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de história é justamente o contrário do historiador, não sendo o historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar. (ASSIS, Machado. *Histórias dos Quinze Dias*, Ilustração Brasileira, 15/03/1877)

Um leitor desatento vai concluir que Machado fala de si mesmo, “não vai às touradas, à câmara, à Rua do Ouvidor”, porém, todos os dias no final da tarde ao sair da repartição, o escritor caminhava até a livraria Garnier, na Rua do Ouvidor 71, onde tinha cadeira reservada.

É na Garnier que pensamentos e amizades vão surgir. Na livraria, Machado estabelece uma rotina que durou décadas. A crônica de 1877 apresenta um homem que vive em um “gabinete” escuro e solitário, como esse homem que não vive às touradas (as disputas), à Rua do Ouvidor (o social) e nem à câmara (a política), pode escrever sobre o passado sem viver o presente? Machado estabelece uma reflexão sobre o ofício do escritor, aquele que tem um “sentimento íntimo” e que vive o seu “tempo”, aquele que anda pelas ruas de sua cidade e participa da vida política. Quem é o historiador para o cronista? “O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista.” Ou seja, positivista e aprisionado aos arquivos, a analogia entre o historiador e o contador de história é uma pista sobre o que era a arte literária para Machado e principalmente qual era a sua função dentro da sociedade.

É na Rua do Ouvidor, uma rua apertada onde pulsava a vida do país, que as discussões sobre política e o dia a dia vão alimentar o romancista, e antes de tudo o cronista. Nessa rua e em suas proximidades estavam os principais jornais da época: o Jornal do Comércio, o Diário de Notícias, O País, a Gazeta de Notícias, assim como os maiores hotéis da cidade e as melhores confeitarias, que serviam de ponto de encontro para os intelectuais e a sociedade em geral. Era na Rua do Ouvidor que os acontecimentos se tornavam públicos, que a moda e os costumes saíam do meio restrito da elite. Letrados e analfabetos andavam pelo mesmo espaço, os jornais muitas vezes eram lidos em voz alta e os acontecimentos políticos acabavam se propagando no meio da população. Nas editoras e livrarias os intelectuais tinham encontros marcados e as discussões, sobre os acontecimentos políticos, ganhavam ouvintes diversos levando as novas ideias, como a questão republicana para diversas camadas da sociedade, como aponta Maria Tereza Chaves de Mello, é nesse contexto público que a cultura democrática vai ganhar as camadas mais populares da sociedade, não ficando restrita a um grupo específico de intelectuais.

A crônica machadiana era construída nesses passeios diários pela Rua do Ouvidor e nas discussões dentro da livraria Garnier, além de ser um texto bem humorado, é capaz de abrir espaço para um vasto repertório histórico sobre o cotidiano do Brasil do século XIX. A visão de Machado sobre os acontecimentos abarca um conjunto variado de situações, onde o escritor comenta o seu presente, e ao mesmo tempo repensa o passado e infere sobre o seu tempo. Machado demonstra uma preocupação significativa com as formas de construção da história

através de definições para o presente e futuro, salientando a continuidade da exclusão e da hierarquização dentro da sociedade brasileira. Essas características das crônicas machadianas serão diluídas dentro dos romances e contos. São as crônicas que abrem a nossa visão para o “olhar” machadiano sobre o mundo ao seu redor, e para o estudo de nossa história literária e intelectual, como também para uma releitura do século XIX.

É por meio de uma crônica do dia 8 de outubro de 1893, sobre a morte de Baptiste Louis Garnier, que Machado de Assis expõe sua visão sobre os anos que frequentou a livraria Garnier na Rua do Ouvidor, lugar onde se reuniam, ou simplesmente passavam, boa parte dos intelectuais da segunda metade do século XIX:

Daquelas conversações tranqüilas, algumas longas, estão mortos quase todos os interlocutores, Liaís, Fernandes Pinheiro, Macedo, Joaquim Norberto, José de Alencar, para só indicar estes. De resto, a livraria era um ponto de conversação e de encontro. Pouco me dei com Macedo, o mais popular dos nossos autores, pela *Moreninha* e pelo *Fantasma Branco*, romance e comédia que fizeram as delícias de uma geração inteira. Com José de Alencar foi diferente; ali travamos as nossas relações literárias. Sentados os dois, em frente à rua, quantas vezes tratamos daqueles negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação, que valem todas as canseiras deste mundo. Muitos outros iam ao mesmo ponto de palestra. Não os cito, porque teria de nomear um cemitério, e os cemitérios são tristes, não em si mesmos, ao contrário. (Publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08/10/1893)

A morte de Garnier reforçou o clima melancólico e pessimista de final de século, que Machado já demonstrava em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e nos romances posteriores. Quando o cronista escreve sobre a livraria não é só um saudosismo que aparece. É o dilema de alguém que está inserido na encruzilhada de duas épocas.

A movimentada Rua do Ouvidor foi “a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro”(MACEDO, 2005). Já não era a mesma, pois a cidade estava sendo “modernizada”, um processo de urbanização inevitável. Avenidas surgiram no lugar de casas, morros desapareceram. Todo esse movimento passa pela crônica machadiana, e nos permite um olhar minucioso sobre o cotidiano movimentado da época, e sobre os desdobramentos dessas mudanças na concepção de mundo de Machado. Além da República, que buscava um caminho de governabilidade e das questões sociais com o fim da escravidão, o Rio de Janeiro mudava sua paisagem. O escritor que andou pelas ruas do Rio por décadas, precisava se adaptar a uma nova realidade trazida pela modernidade, o surgimento dos bondes elétricos a destruição dos

cortiços, a retirada dos vendedores ambulantes das ruas do centro, a permanência de algumas tradições e quebra de outras, fatos que aparecem na escrita machadiana dos anos iniciais da República.

Uma boa forma para a compreensão das disputas ideológicas do período é a análise da formação da ABL. Machado de Assis torna-se o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, eleito pela maioria em 1897, com apenas um voto contra, o seu próprio. Entre os membros presentes em sua eleição, estavam: Lúcio de Mendonça, José do Patrocínio, visconde de Taunay, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Inglês de Souza, Olavo Bilac, Arthur Azevedo, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Silva Ramos, Rodrigo Otávio e Filinto de Almeida. O grupo inicial da Academia devia ser constituído por letrados brasileiros. Os primeiros vinte e nove tornaram-se membros mediante própria adesão. O primeiro foi Lúcio de Mendonça, o principal articulador para formação da Academia na época, e o trigésimo membro, Graça Aranha.

Assim estava formada a Academia Brasileira de Letras, com bases na Academia Francesa e na “amizade” que unia seus integrantes. Um breve estudo das correspondências da época nos permite uma leitura sobre o movimento que gerou a Academia. Existia uma vontade latente dentro de alguns jovens intelectuais que não se contentavam mais com os encontros na Garnier ou o chá das cinco na redação da Revista Brasileira dirigida então por José Veríssimo. Segundo Alessandra El Far, um dos pontos centrais para aqueles literatos era o da profissionalização da literatura: “A Sociedade dos homens das letras, por sua vez, tinha propósitos mais definidos: por exemplo, conseguir do governo brasileiro uma lei reguladora dos direitos autorais”(EL FAR, 2000:43)

Durante o século XIX poucos literatos viviam financeiramente da arte de escrever, a maioria tinha cargos públicos. José de Alencar era político e chegou ao Senado, Joaquim Nabuco, além de escritor e jurista, era diplomata, José Veríssimo trabalhou como professor, jornalista e literato. Lúcio de Mendonça o grande articulador da Academia, foi vereador e magistrado, além de escritor. Esses são apenas alguns exemplos, o próprio Machado articulou, na década de setenta, para conseguir uma indicação para o serviço público.

Neste sentido, a regulamentação da literatura era algo necessário para o sustento da profissão, porém não era o único motivo. A conjuntura política e social da virada do século permitiu e colaborou para a movimentação de Lúcio de Mendonça que articulava algo que já

estava na mente de Machado e de outros companheiros que se reuniam de modo informal para discutir sobre os caminhos da literatura nacional há décadas.

A ideia de uma Academia de Letras não constituía uma novidade. No final dos anos 1880 e início dos anos 1890, diversos literatos engajados na nascente profissão das letras almejavam estabelecer um novo padrão de sociabilidade literária. Os encontros casuais, as módicas remunerações, os grupos de dispersos e descompromissados já não lhes bastavam; queriam reconhecimento social e uma identidade que os diferenciasse dos outros setores da sociedade intelectual. (EL FAR, 2000:42)

A literatura nacional ainda estava em formação, em movimento dentro de um contexto político ainda instável nos anos iniciais da República. Republicanos descontentes e monarquistas nostálgicos buscavam uma estabilidade que ainda não existia no Brasil da virada do século, “culturas políticas” no plural.

As “paixões políticas”, termo utilizado na época, faziam parte da realidade dos intelectuais que formulavam a Academia Brasileira de Letras. No sentido prático, a instituição surge unida por um ideal literário forte o suficiente para ligar intelectuais com posições políticas tão distintas, como Machado declara em seu discurso inaugural: “O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária”⁴. Essa unidade “literária” teria que ser suficiente para unir dentro do mesmo movimento, republicanos e monarquistas, todos em busca da construção ou afirmação de uma identidade nacional. A proposta inicial, de alguns intelectuais, era buscar apoio do governo para a criação da Academia, porém parecia difícil convencer os chefes republicanos a dar apoio à criação de uma instituição na qual figurariam monarquistas declarados, muitos ainda esperançosos na restauração, como Carlos de Laet, monarquista que mantinha contato com a família real na Europa e escrevia para jornais monarquistas. Segundo João Paulo Coelho de Souza, em seu livro *A dança das cadeiras*, embora os intelectuais ainda buscassem definir uma identidade literária nacional independente, a política dificultava essa tentativa. Os interesses políticos eram centrais para o grupo que fundou a Academia, muito embora tenham sido eficientes em formular um discurso que afirmava o oposto disso, o que Souza mostra de forma convincente através de sua pesquisa na ABL. Sendo assim, a intenção dos primeiros imortais era ter uma instituição acima da política,

⁴ Discurso inaugural da Academia Brasileira de Letras 20/07/1897 Fonte: Páginas Recolhidas - Machado de Assis - W. M. Jackson Inc. - 1946

porém, como seres políticos, estavam presos às “paixões políticas”, fato que ia além das paredes da ABL.

Os argumentos apresentados por Souza nos permite concluir que não se pode definir, de forma única, uma identidade para aqueles homens de letras. Eles estavam juntos num momento e distantes em outros. O próprio Lúcio de Mendonça, articulador do projeto da ABL, manifestava a preocupação em eliminar o distanciamento entre os literatos e a República, tendo em vista que muitos eram contrários a esta.

Ao longo dos anos iniciais da ABL, a política aproximou e separou os imortais. Assim, esses “letrados” do final do século XIX eram homens de seu “tempo” e de seu “país”, ou seja, divididos politicamente e ainda buscando um reconhecimento perante a sociedade. Machado na época já era considerado o “mestre”. O autor de *Brás Cubas* era o modelo de literatura nacional que possuía a função de universal. E como literato, Machado nunca foi político, embora fosse um homem político. Não defendia suas opiniões como os amigos deputados, senadores, secretários ou diplomatas, era com o seu trabalho de “escritor” que Machado se tornava um homem de seu tempo, atuante e livre das tendências políticas de cada época. Sendo assim, Machado era o modelo de literato que permitia unificar os membros da ABL em um “único” discurso acadêmico, sem causar embaraços de um lado e nem de outro.

Mesmo não participando diretamente de nenhum movimento político e tendo amigos influentes no governo, Machado sofreu com o clima de insegurança e instabilidade política dos anos iniciais da República, como aponta Souza:

Em 1894, Deocleciano Mártir, conhecido panfletista jacobino, que se veria três anos depois envolvido no atentado contra o presidente Prudente de Moraes, acusou Machado, nas páginas do jornal *O Tempo*, de ser monarquista e pedia que fosse demitido do cargo no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Lúcio de Mendonça o defendeu nas páginas da revista *A Semana*, e Deocleciano interrompeu o ataque. Entretanto, nem assim Machado escapou: no final de 1897, foi aposentado compulsoriamente do ministério, no qual trabalhava desde 1873. Para lá voltaria em 1898 como chefe de gabinete do ministro, só sendo reintegrado totalmente em 1902. (RODRIGUES, 2001:60)

Artur Azevedo, colega de repartição de Machado, anos mais tarde, após a morte de Machado, relatou, no jornal *O País*, o ocorrido no Ministério:

Todos sabem que no funcionalismo público o ficar adido é o ideal do vadio e o desespero dos laboriosos. Machado de Assis sempre foi um grande trabalhador, e não

merecia, escusado é dizê-lo, a desconsideração com que o trataram, sofreu um desgosto sério com essa espécie de aposentação, com todos os vencimentos, mas com esse diploma de funcionário inútil.⁵

Ainda segundo Azevedo, Machado teria comentado: “Fazem-me um enterro de primeira classe”. A situação para o governo era extremamente delicada, Machado não era qualquer pessoa, e mesmo o escritor não tendo perdido os ganhos, a questão moral acabou gerando desconforto no meio político. Os amigos mostravam solidariedade, entendendo que para Machado o ato do governo não era uma premiação, mas sim uma injustiça. Mário de Alencar, filho mais velho de José de Alencar, torna-se, nesse período, um amigo bem próximo de Machado, e em carta demonstra o sentimento dos amigos diante do ocorrido:

Dizer-lhe o meu espanto indignado, assegurar-lhe que sinto profundamente isso, fora supérfluo, porque deve saber de antemão quanto é desagradável e revoltante para todos que o conhecem e estimam esse ato iníquo do Governo. ... Paciência, meu lustre amigo. Lembre-se de que meu pai, quando o magoavam e abatiam os dissabores políticos, se refugiava no seio das letras, onde as alegrias são puras e o consolo é o infinito. Faça como ele; e de modo algum, para bem seu, de todos que o admiramos, deixe o desgosto assenhorear-se do seu nobre espírito e embaraçar a continuação da sua obra brilhante. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1981:59)

Machado voltara para o serviço público, porém, parece ter atendido ao conselho de Mário de Alencar e encontra o refúgio nas letras, em 1899, publica *Dom Casmurro*, seu romance mais estudado pelos críticos, que buscam até hoje encontrar o que Machado deixou escrito nas entrelinhas.

A rede de sociabilidade gerenciada por Machado de Assis e Joaquim Nabuco é o que vai dar sustentabilidade, naquele momento, à Academia, o que provavelmente foi ponderado por Lúcio de Mendonça, ao articular a presidência em favor de Machado. Os anos iniciais da Academia não foram fáceis. Depois das primeiras “baixas” de imortais, Luis Guimarães Júnior, Pereira da Silva e Alfredo d’Escagnolle Taunay, a ABL parecia sumir dentro da movimentação política da virada do século. Para os idealizadores era uma preocupação real, não deixar a Academia morrer com seus fundadores. Nessa articulação, Machado utilizou a eleição de novos membros e a busca de uma sede permanente como caminho para manter viva

⁵ “Palestra”, seção que Artur Azevedo mantinha em *O País*, sob assinatura de A.A., a 2 de outubro de 1908. Reproduzido no nº 3 da *Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*.

a instituição. Em 12 de junho de 1900, Joaquim Nabuco escreve da França, onde estava em serviço diplomático, uma carta para Machado fazendo o seguinte pedido, “não deixe morrer a Academia” e acrescenta: “V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso; ninguém resiste a um pedido seu.”⁶ Até a sua morte em 1908, a ABL foi, sem dúvida, parte da vida de Machado, mesmo após a morte de sua esposa Carolina,⁷ em 1904, o que o deixou sem ânimo, o escritor não deixou de cuidar ou se preocupar com a Academia.

O *campo literário e político* tão fluido do século XIX, possibilitou a consagração do escritor e a legitimação de seu trabalho dentro da sociedade, esse espaço de negociação elegeu como representante um literato que possuía uma formulação bem particular sobre o papel do escritor, como podemos observar. Aquele que *vive o presente*, que anda pela Rua do Ouvidor e não fica aprisionado em um *gabinete escuro*, um homem do seu *tempo* e do seu *país*.

Nesse sentido, dentro de um contexto histórico conturbado politicamente, Machado encontra seu espaço de diálogo, não somente com a literatura, mas com sua própria vida, mantendo um conjunto de amigos que unia ideologias políticas tão distintas. Monarquistas e republicanos, que divergiam ideologicamente, encontraram na figura de um homem um elo de convergência que teve seu momento mais significativo com a formação da ABL. Das reuniões na tipografia de Paula Brito, no início de sua carreira, onde a busca por uma unidade nacional em torno do Império era pauta de discussões, até as reuniões na Garnier onde a crise do Império e as ideias republicanas estavam no centro dos debates, a figura do escritor caminhou até a consagração da sua imagem, de “diplomacia”, capaz de unir culturas políticas conflituosas.

No decorrer do século XIX, Machado cria sua própria forma de analisar seu tempo, buscando através da sua *narrativa literária* dar conta das mudanças e permanências que permeavam a sociedade em suas várias correntes ideológicas. Embora Machado não possa ser considerado um historiador, e nem é nossa intenção, sua *narrativa literária* tem um peso dentro do seu meio social e uma importância significativa, como podemos observar em sua escolha para a presidência da ABL. Através da obra e vida de um literato conseguimos estabelecer uma breve análise sobre as “culturas políticas”, que buscavam impor-se no período, avaliando que

⁶ *Correspondências*, Ed. Jackson. P. 48 In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*. 4 vols., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. p. 149

⁷ Machado de Assis e D. Carolina Augusta Xavier de Novais casaram-se em 1869. Carolina veio de Portugal a pedido do irmão Faustino Xavier de Novais, poeta satírico, amigo de Machado, assim os dois se conheceram, e mesmo sem ser do agrado da família, Carolina aceita o pedido de casamento de Machado.

os anos iniciais da República no Brasil, podem ser considerados como um momento de transição política, onde republicanos caminhavam em busca de uma legitimação e os monarquistas em busca de uma permanência. No meio desse processo de mudança as correntes políticas democráticas, foram se cristalizando no seio da sociedade ao longo dos anos, e encontraram na necessidade de progresso instaurada pelas correntes científicas uma forma de superação da cultura política imperial.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994.
- _____. “Histórias dos Quinze Dias”, Ilustração Brasileira, 15/03/1877.
- _____. *Esau e Jacó*. Domínio Público. www.dominiopublico.gov.br.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editoria Estampa, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARVALHO, Jose Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação – fundamentos da sociologia de Max Weber*. 1ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- DUTRA, Eliana R. de. História e culturas políticas – definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, 2001, p. 13-28.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000
- FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FACIOLI, Valentim. *Várias histórias para um homem célebre*. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: Impostura e Realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Machado de Assis: Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociedade do romance*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Fopbooks, 1999.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Vida e Obra de Machado de Assis*. 4 vols., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MATOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 3º ed., RJ: ACESS Editora, 1996.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da UFRJ, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.
- NABUCO, Joaquim. 1975. *Um estadista do Império*. 4o ed. Rio de Janeiro, Aguilar.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.